Data: 20 de Dezembro de 1995.
Nomeação para gerência, Albano Sequeira Antunes.
Data da deliberação: 20 de Dezembro de 1995.

O texto completo do contrato na sua redacção actualizada ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

14 de Junho de 1996. — A Primeira-Ajudante, *Lucília Maria Gomes Jacinto*.
3000217918

SOCIEMBAL — SOCIEDADE DE EMBALAGENS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Loures. Matrícula n.º 12 433; identificação de pessoa colectiva n.º 503515558; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 26/951017.

Certifico foi constituída a sociedade em epígrafe que se rege pelo seguinte contrato:

1.º

A sociedade adopta a firma Sociemba — Sociedade de Embalagens, L.^{da}, e vai ter a sua sede na Rua Principal, lote 84, rés-do-chão, no Bairro das Fontes, em Vale de Figueira, freguesia de São João da Talha, concelho de Loures.

§ único. Por deliberação da assembleia geral, a sociedade pode:

Criar sucursais, agências, delegações ou outras formas locais de representação, em qualquer ponto do território nacional ou no estrangeiro, e a gerência pode deslocar a sede social dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe.

2.º

A sociedade tem por objecto a embalagem, rotulagem, etiquetagem, separação de encomendas, preparação de produtos para promoção.

3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de seiscentos mil escudos, e corresponde à soma das seguintes quotas: uma quota no valor nominal de duzentos mil escudos, pertencente à sócia Ana de Jesus Rosado Ganhão Fernandes; uma quota no valor nominal de duzentos mil escudos, pertencente à sócia Miraldina Drago Cavaco Pinto Marques; uma quota do valor nominal de duzentos mil escudos, pertencente à sócia Joana do Carmo César da Silva Ribeiro.

4.º

A cessão de quotas é livremente permitida entre sócios, no todo ou em parte, tendo o sócio cedente de avisar a sociedade da cessão, por carta registada com aviso de recepção, com pelo menos 15 dias de antecedência, de quais as condições em que a mesma é feita, ficando dependente do consentimento prévio da sociedade qualquer cessão a favor de terceiros.

A transmissão total ou parcial de quotas a estranhos depende do consentimento da sociedade previamente deliberado.

5.º

Poderão ser exigidas aos sócios e na proporção das suas quotas, prestações suplementares de capital até ao valor correspondente a três vezes o capital social.

6.º

A gerência da sociedade e a sua representação, em juízo e fora dele, será exercida pelas três sócias, que desde já ficam nomeadas gerentes, obrigando-se a sociedade em todos os seus actos e contratos com a assinatura de três gerentes, exceptuando-se situações bancárias, em que são apenas necessárias duas assinaturas dos gerentes.

§ único. A gerência será remunerada ou não, conforme vier a ser deliberado em assembleia-geral, podendo consistir na participação dos lucros, se assim vier a ser definido.

7.º

A sociedade poderá amortizar a quota de qualquer sócio nos casos seguintes:

- a) Quando houver acordo com o respectivo sócio;
- b) Quando houver recaído sobre a quota, penhora, arresto ou arrolamento, ou ainda quando por qualquer motivo tiver de proceder-se à sua arrematação, adjudicação ou venda em processo judicial administrativo ou fiscal;
- c) Quando o sócio ceder a sua quota com desrespeito ao artigo 4.º deste contrato.

8.º

O sócios poderão fazer suprimentos à sociedade, nos termos e condições que forem fixados em assembleia geral.

9.º

A representação voluntária de um sócio em assembleia geral só pode ser conferida a outro sócio.

10.º

As assembleias gerais serão convocadas por cartas registadas com aviso de recepção, enviadas aos sócios com a antecedência mínima de 15 dias.

11.º

Os lucros anualmente apurados, depois de deduzida a percentagem para a reserva legal, poderão, de acordo com a deliberação da assembleia geral, ser distribuídos aos sócios, ou no todo ou em parte, destinados à constituição, reintegração ou reforço de reservas ou proviões.

Está conforme o original.

13 de Novembro de 2000. — O Primeiro-Ajudante, *João Artur Salgueira Vaz*.
3000217751

SEG 17 — SOCIEDADE DE EQUIPAMENTOS PARA SEGURANÇA HIGIENE E LIMPEZA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Loures. Matrícula n.º 10 730; identificação de pessoa colectiva n.º 503093238; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 05/931007.

Certifico que foi constituída a sociedade em epígrafe entre Maria José Alves de Almeida Nobre e José de Almeida Vieira Nobre, que se rege pelo seguinte contrato:

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação SEG 17 — Sociedade de Equipamentos para Segurança Higiene e Limpeza, L.^{da}, vai ter a sua sede no Centro Comercial dos Pedernais, loja 7, Rua de D. Dinis, em Pedernais, freguesia de Ramada, concelho Loures.

ARTIGO 2.º

A sociedade tem por objecto a comercialização, produção, importação e exportação de produtos e equipamentos relacionados com segurança, higiene e limpeza.

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de quatrocentos mil escudos e corresponde à soma de duas quotas iguais de duzentos mil escudos, sendo cada sócio titular de uma delas.

ARTIGO 4.º

A cessão total ou parcial de quotas entre sócios é livremente permitida, a cessão a estranhos depende do consentimento da sociedade à qual, em primeiro lugar, e aos sócios, em segundo lugar, fica conferido o direito de preferência.

ARTIGO 5.º

1 — A administração da sociedade e a sua representação incumbem a ambos os sócios, que, desde já, ficam nomeados gerentes.

2 — Para vincular a sociedade são necessárias as assinaturas de dois gerentes.

3 — Os gerentes poderão não ser remunerados se tal vier a ser deliberado em assembleia geral.

ARTIGO 6.º

A sociedade fica com os direitos de amortizar quotas nos seguintes casos:

- a) De acordo com os respectivos titulares;
- b) Nos casos em que a quota seja penhorada, arrestada ou dada de penhor, ou por algum modo, sujeita a qualquer providência legal ou judicial;
- c) No caso de falência, insolvência, interdição ou inabilitação do sócio.

ARTIGO 7.º

Os sócios poderão deliberar em assembleia geral a celebração de contratos de suprimentos, nas condições e por valores que acharem convenientes, os quais deverão figurar em acta.